



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 358/2019

PROTOCOLO SIC 620501918917

SECRETARIA: Secretaria de Logística e Transporte

UNIDADE: Departamento de Estradas e Rodagem - DER

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Acesso a informações sobre Projeto de Avaliação de Impactos Cumulativos - PAIC - Região Metropolitana da Baixada Santista. Supressão de Instância. Provimento parcial.

DECISÃO OGE/LAI nº 358/2019

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER, número SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre Projeto de Avaliação de Impactos Cumulativos - PAIC - Região Metropolitana da Baixada Santista de 2002 a 2017.
2. Em resposta, o ente enviou as informações de 2015 a 2017. Insatisfeito, o solicitante recorreu e a entidade quedou-se inerte, ensejando o recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, não se manifestou.
4. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da administração pública, buscando assegurar o acesso a dados, documentos e informações disponíveis e custodiadas pelo Estado, nos termos do artigo 11.
5. No caso concreto em análise, verifica-se que o solicitante formulou seu pedido de acesso a dados referentes à legislação específica, sendo que o ente ofereceu resposta incompleta, deixando de atender ao período solicitado no questionamento, não informando se existia ou não informação anterior.
6. Assiste, portanto, razão ao recorrente, na medida em que a informação não atende integralmente ao que fora solicitado, deixando o ente de disponibilizar o acesso

Classif. documental 006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado



- requerido, que, se existente, deve ser fornecido, configurando-se, assim, a hipótese de provimento recursal prevista no artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012.
7. Diante do exposto, caso existente as informações solicitadas, **conheço e dou provimento ao recurso**, desde que possível à preservação de dados sigilosos eventualmente existentes na documentação almejada, com fundamento nos artigos artigo 7º, §1º, da Lei de Acesso à Informação e 20, incisos I e IV, do Decreto nº 58.052/2012, devendo-se, nos termos do §2º do artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, adotar as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei nº 12.527/2011 e no aludido Decreto, conforme esta decisão.
 8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 08 de novembro de 2019.

Vera Wolff Bava
Ouvidora Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado